



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Administrativa**  
**Especialidade Contabilidade**

Caderno de Prova, Cargo G06, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-0001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, à tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Novembro/2008

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue.

**O futuro encolheu**

*Nós, modernos, nos voltamos sobretudo para o futuro. Pois nos definimos pela capacidade de mudança – não pelo que somos, mas pelo que poderíamos vir a ser: projetos e potencialidades. O tempo da nossa vida é o futuro. Em nosso despertar cotidiano, podemos ter uma experiência fugaz e minoritária do presente, mas é a voz do futuro que nos acorda e nos força a sair da cama.*

*A questão é: qual futuro? Ele pode ser de longo prazo: desde o apelo do dever de produzir um mundo mais justo até o medo das águas que subirão por causa do efeito estufa. Ou então ele pode ser imediato: as tarefas do dia que começa, as necessidades do fim do mês, a perspectiva de um encontro poucas horas mais tarde.*

*Do século 17 ao começo do século 20, o tempo dominante na experiência de nossa cultura parece ter sido um futuro grandioso – projetos coletivos a longo prazo. Hoje prevalece o futuro dos afazeres imediatos. Nada de utopia, somente a agenda do dia.*

*Trata-se de uma nova experiência do tempo: uma maneira original de ser e de criar. Como George Steiner se apressa a declarar em seu livro **Gramáticas da criação**, não há por que sermos nostálgicos dos futuros que já foram. Afinal, aqueles futuros tornaram-se freqüentemente cúmplices da barbárie do século. Por que será, então, que acho o futuro encolhido de hoje um pouco inquietante?*

*É que o futuro não foi inventado, como sugere Steiner, só para espantar a morte. O futuro nos serve também para impor disciplina ao presente. Ele é nosso árbitro moral. Esperamos dele que avalie nossos atos. A qualidade de nossos atos de hoje depende do futuro com o qual sonhamos. Receio que futuros muito encolhidos comandem vidas francamente mesquinhas.*

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**)

1. A afirmação que está no título do texto faz referência ao fato de que, para o autor,
  - (A) já não temos quaisquer objetivos a se alcançar num futuro próximo.
  - (B) é a força das mais altas expectativas que ainda nos mantém ativos.
  - (C) nossa experiência do tempo implica uma maior valorização do presente.
  - (D) o descarte das utopias levou-nos a valorizar o imediatismo.
  - (E) a mesquinhez da vida presente induz-nos a renegar o passado.

2. Atente para as seguintes afirmações:
  - I. A pergunta “qual futuro?”, no segundo parágrafo, expressa a perplexidade do autor diante da falta de respostas possíveis.
  - II. O período histórico referido no terceiro parágrafo foi marcado, segundo o autor, pela projeção de um futuro altamente promissor.
  - III. A restrição à declaração de George Steiner, no último parágrafo, deve-se à importância que o autor do texto atribui ao tempo futuro.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

  - (A) I, II e III.
  - (B) I e II, somente.
  - (C) II e III, somente.
  - (D) I e III, somente.
  - (E) III, somente.

3. Considerando-se o contexto, estabelecem uma franca oposição entre si as seguintes expressões:
  - (A) *capacidade de mudança e projetos e potencialidades.*
  - (B) *despertar cotidiano e experiência fugaz.*
  - (C) *futuro grandioso e agenda do dia.*
  - (D) *um mundo mais justo e árbitro moral.*
  - (E) *vidas francamente mesquinhas e Nada de utopia.*

4. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
  - (A) Com a expressão *nostálgicos dos futuros que já foram* George Steiner, lembrando de que o futuro também espanta a morte, não produz com isso razões de qualquer otimismo.
  - (B) A expressão *futuro dos afazeres imediatos* traduz o encolhimento das nossas expectativas, em razão do qual as experiências de vida tornam-se cada vez mais mesquinhas.
  - (C) O autor do texto valoriza pedagogicamente a importância do futuro, para o qual chama nossa atenção no sentido de considerá-lo um árbitro moral onde descartaríamos nossa vida mesquinha.
  - (D) Mesmo o medo do efeito estufa, por conseguinte das águas que subirão, não nos leva à difusão utópica através da qual pudéssemos vir a relevar o teor mesquinho de nossas vidas.
  - (E) O descarte de um futuro mais promissor e longínquo, tal como acontecia desde o século 17, reduziu nosso tempo de tal modo que seu papel de árbitro moral acha-se literalmente controvérsido.

5. Estão plenamente respeitadas as normas de concordância verbal em:

- (A) Abandonaram-se as utopias, e com isso prevalece em nossas vidas o imediatismo das mais rasas expectativas.
- (B) Não se oferece ao homem moderno imagens de um futuro grandioso, e cada um de nós só nos preocupamos com a agenda do dia.
- (C) A significação de todos os nossos atos presentes, insiste o autor, deveriam determinar-se em função dos nossos projetos.
- (D) Não podem limitar-se às experiências do futuro imediato a expectativa que temos em relação aos nossos projetos.
- (E) Atribui-se ao encolhimento do futuro as razões pelas quais nossa vida vem-se tornando cada vez mais mesquinha.

6. Transpondo-se para a voz passiva a construção **a voz do futuro nos acorda**, a forma verbal resultante será:

- (A) temos acordado.
- (B) teremos acordado.
- (C) seremos acordados.
- (D) somos acordados.
- (E) temos sido acordados.

7. Está inteiramente correta a construção da seguinte frase:

- (A) Para nós acaba sendo mais preferível a agenda do dia do que as utopias.
- (B) George Steiner insiste de que somos uns nostálgicos de antigos futuros.
- (C) O futuro com que se almeja funciona enquanto árbitro moral do presente.
- (D) Já não há utopias aonde nos impulsionemos para construir o futuro.
- (E) O futuro com que já não se conta implica esvaziamento de sentido do presente.

8. Atente para as seguintes frases:

- I. Caberia aos homens de hoje, que despacharam as utopias, buscar revigorá-las.
- II. Os sonhos coletivos, que alimentaram tempos passados, deram lugar aos afazeres imediatos.
- III. Preocupa-nos, hoje, muito mais a agenda do dia do que um projeto de longo prazo.

A supressão das vírgulas altera o sentido da frase SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Tecnologia e totalitarismo**

*A tecnologia e a televisão – que dela faz parte – são altas criações do espírito humano, mas não encerram, em si mesmas, nenhum valor ético. A técnica é meio, nunca fim. Ela pode trabalhar a favor do homem e de sua liberdade, na medida em que se subordina aos valores humanos. A técnica pode melhorar e enriquecer extraordinariamente a vida humana, contanto que o organismo social em que se insere faça dessa meta o alvo de sua atividade global. Manipulada por uma sociedade dividida e alienante, hipertroficamente utilitária e predatória, passa a ser instrumento de opressão e alienação. Nesse caso, o homem, por meio da técnica, constrói um mundo que o coisifica e o devora como pessoa, destruindo-o no seu centro – a liberdade.*

*Ao totalitarismo, e à propaganda que o serve, aborrecem a liberdade, a peculiaridade, a originalidade, a criatividade, a pluralidade dos seres, enfim, tudo aquilo que significa o esforço do homem para realizar-se e conquistar-se em sua dignidade. É esse o grave, o terrível perigo da tecnologia posta a serviço de uma ordem de coisas desumana. É também o perigo da televisão, na medida em que trabalha para que todos, crianças e adultos, percamos nossa integridade originária e nos transformemos em números anônimos, em consumidores de mercadorias num mundo todo ele transformado em mercado.*

(Hélio Pellegrino, **Lucidez embriagada**. S. Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004, pp. 162/63)

9. De acordo com o autor, os recursos da tecnologia

- (A) adquirem alguma eficácia apenas quando bem manipulados.
- (B) adquirem alto valor ético quando postos a serviço da liberdade humana.
- (C) devem ser submetidos ao controle do totalitarismo social.
- (D) revelam o instinto que destrói nossa integridade originária.
- (E) são altamente positivos quando hipertroficamente utilitários.

<p>10. O autor do texto estabelece um confronto entre dois tipos antagônicos de sociedade,</p> <p>(A) a manipulada e a coisificada.</p> <p>(B) a pluralista e a criativa.</p> <p>(C) a predatória e a opressiva.</p> <p>(D) a consumista e a totalitária.</p> <p>(E) a libertária e a alienante.</p>	<p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do <b>singular</b> para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Quando se ..... (<b>deixar</b>) encantar pela tecnologia em si mesma, os homens tornam-se alienados.</p> <p>(B) Aos homens libertários jamais ..... (<b>dever</b>) incomodar o pluralismo dos valores sociais.</p> <p>(C) Não se ..... (<b>compreender</b>) as razões pelas quais os homens se encantam com o mundo da mercadoria.</p> <p>(D) ..... (<b>decorrer</b>) do mau emprego da tecnologia as situações em que o homem perde sua dignidade.</p> <p>(E) Caso se ..... (<b>vincular</b>) à tecnologia os imperativos éticos, ela trabalhará a favor do homem.</p>
<p>11. No contexto do segundo parágrafo, deve-se entender que</p> <p>(A) o totalitarismo é um subproduto do excesso de propaganda.</p> <p>(B) as regras do mercado derivam da hipertrofia tecnológica.</p> <p>(C) o consumismo submete o homem ao império do mercado.</p> <p>(D) a perda de nossa integridade torna a televisão perigosa.</p> <p>(E) a criatividade humana deve compatibilizar-se com o totalitarismo.</p>	<p>15. Justificam-se <b>ambos</b> os usos do sinal de crase em:</p> <p>(A) Muitos ficam à vontade diante da televisão, à despeito de por ela serem manipulados.</p> <p>(B) Deve-se poupar à criança do risco que representa assistir à televisão durante horas seguidas.</p> <p>(C) Os recursos tecnológicos, à princípio, não têm valor em si mesmos; alcançam-no à medida que sejam utilizados.</p> <p>(D) Não é caso de mandar a tecnologia às favas, pelo contrário: trata-se de bem aproveitá-la à cada vez que se faz necessária.</p> <p>(E) O fato de estarmos sempre às voltas com as leis do mercado não significa que devamos nos submeter às suas determinações.</p>
<p>12. <i>Manipulada por uma sociedade dividida e alienante, hipertroficadamente utilitária e predatória, passa a ser instrumento de opressão e alienação.</i></p> <p>A frase acima NÃO sofrerá alteração de sentido caso tenhamos a iniciá-la com:</p> <p>(A) Conquanto.</p> <p>(B) Mesmo quando.</p> <p>(C) Embora.</p> <p>(D) Uma vez.</p> <p>(E) Não obstante.</p>	<p>16. Começa a executar a partir da ROM quando o <i>hardware</i> é ligado. Exerce a função de identificar o dispositivo do sistema a ser inicializado para, em última instância, executar o carregador de <i>boot</i>. Este enunciado define</p> <p>(A) o kernel.</p> <p>(B) o BIOS.</p> <p>(C) o drive.</p> <p>(D) a RAM.</p> <p>(E) o sistema operacional.</p>
<p>13. A tecnologia, servindo ao homem, liberta-o; mas se o homem <u>endeusar a tecnologia</u>, <u>pondo a tecnologia</u> acima de sua liberdade, <u>tornará a tecnologia</u> um instrumento de opressão social.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) endeusá-la - pondo-a - torna-la-á</p> <p>(B) a endeusar - a pondo - lhe tornará</p> <p>(C) endeusar-lhe - pondo-a - tornar-lhe-á</p> <p>(D) lhe endeusar - pondo-lhe - torna-la-á</p> <p>(E) endeusá-la - pondo-lhe - a tornará</p>	<p>17. O Windows XP possui um componente chamado “restauração do sistema” que atua sobre o <i>registry</i>. Esse componente salva periodicamente, além de outros estados de <i>software</i>,</p> <p>(A) os barramentos.</p> <p>(B) a memória RAM.</p> <p>(C) o <i>boot</i>.</p> <p>(D) os <i>hives</i>.</p> <p>(E) o HD.</p>

<p>18. FAT, RAID e FTP são siglas aplicáveis, respectivamente, a</p> <p>(A) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(B) sistema de rede, sistema de arquivo e transferência de arquivo remoto.</p> <p>(C) sistema de rede, redundância de armazenamento de dados e sistema de arquivo.</p> <p>(D) protocolo de rede, redundância de armazenamento de dados e topologia de rede.</p> <p>(E) sistema de arquivo, redundância de armazenamento de dados e transferência de arquivo remoto.</p>	<p>22. A exibição de um * (asterisco) em um determinado campo da barra de status da planilha BrOffice.org Calc indica que apenas</p> <p>(A) o documento novo ainda não foi salvo.</p> <p>(B) as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(C) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods.</p> <p>(D) o documento novo ainda não tem nome com a extensão .ods ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p> <p>(E) o documento novo ou as alterações no documento ainda não foram salvas.</p>
<p>19. A configuração de rede mais adequada para conectar computadores de</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- um pavimento</li> <li>- um estado</li> <li>- uma nação</li> </ul> <p>é, respectivamente:</p> <p>(A) LAN, WAN, WAN.</p> <p>(B) LAN, LAN, WAN.</p> <p>(C) LAN, LAN, LAN.</p> <p>(D) WAN, WAN, LAN.</p> <p>(E) WAN, LAN, LAN.</p>	<p>23. A personalização do Mozilla Thunderbird 2, por meio do gerenciamento de extensões e temas em um único lugar, ficou facilitada com o novo</p> <p>(A) Gerenciador de Interfaces.</p> <p>(B) Gerenciador de Complementos.</p> <p>(C) Painel de Visualização.</p> <p>(D) Painel de Configurações.</p> <p>(E) Navegador de Mensagens.</p>
<p>20. O protocolo mais comum utilizado para dar suporte ao correio eletrônico é o</p> <p>(A) HTTP.</p> <p>(B) NTFS.</p> <p>(C) SMTP.</p> <p>(D) SNMP.</p> <p>(E) FTP.</p>	<p>24. A função <i>Live Bookmarks</i> do Mozilla Firefox 2 permite receber</p> <p>(A) atualizações automáticas do navegador.</p> <p>(B) extensões de segurança.</p> <p>(C) extensões de personalização.</p> <p>(D) <i>feeds</i> de RSS no navegador.</p> <p>(E) suporte multi-plataforma.</p>
<p>21. Quando o modo de substituição do editor BrOffice.org Writer estiver ativado, o cursor de texto terá o formato de</p> <p>(A) uma linha vertical intermitente.</p> <p>(B) uma linha horizontal intermitente.</p> <p>(C) um bloco intermitente.</p> <p>(D) um bloco fixo.</p> <p>(E) uma linha horizontal fixa.</p>	<p>25. O <i>software</i> que infecta um computador, cujo objetivo é criptografar arquivos nele armazenados e, na seqüência, cobrar um resgate do usuário para fornecer uma senha que possibilite decifrar os dados, é um <i>malware</i> do tipo</p> <p>(A) <i>trojan</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(B) <i>backdoor</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(C) <i>worm</i>, denominado <i>ransomware</i>.</p> <p>(D) <i>trojan</i>, denominado <i>spyware</i>.</p> <p>(E) <i>backdoor</i>, denominado <i>spyware</i>.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

26. O valor do estoque final de produtos acabados e não vendidos no levantamento do balanço de uma empresa industrial, é obtido, pelo departamento de custos, por meio da fórmula:
- (A) custo da produção do período (+) estoque inicial de produtos acabados (-) estoque final de produtos em elaboração.
  - (B) custo dos produtos vendidos (-) estoque inicial de produtos acabados (+) custo da produção acabada no período.
  - (C) custo dos produtos vendidos (+) estoque inicial de produtos em elaboração (-) estoque final de produtos em elaboração.
  - (D) custo da produção acabada no período (+) estoque inicial de produtos acabados (-) estoque final de produtos em elaboração.
  - (E) custo da produção acabada no período (+) estoque inicial de produtos acabados (-) custo dos produtos vendidos.

27. Em um balancete de verificação levantado no final do exercício, o departamento de contabilidade de uma companhia lançou, por engano, o saldo da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa na coluna errada. Em consequência, a somatória dos saldos devedores totalizou R\$ 27.000,00 a mais do que a somatória dos saldos credores. A companhia lançou como valor dessa provisão o equivalente a exatamente 3% do valor dos créditos provenientes de vendas a prazo. Em consequência, no balanço patrimonial da companhia, referente a esse exercício, o montante bruto desses créditos correspondeu, em R\$, a
- (A) 450.000,00.
  - (B) 510.000,00.
  - (C) 625.000,00.
  - (D) 900.000,00.
  - (E) 1.350.000,00.

**Instruções:** Para responder às questões de números 28 e 29 considere as informações abaixo.

A Cia. Comercial Silva, que utiliza o sistema do inventário permanente, apresentou as transações abaixo, no mês de início de suas atividades, sendo que os valores unitários das compras já estão diminuídos dos impostos recuperáveis e dos descontos incondicionais obtidos.

Dia	Transação
3	Compra de 10 unidades a R\$ 400,00 cada uma
6	Compra de 20 unidades a R\$ 440,00 cada uma
10	Venda de 25 unidades a R\$ 600,00 cada uma
15	Compra de 35 unidades a R\$ 480,00 cada uma
23	Venda de 30 unidades a R\$ 640,00 cada uma
30	Compra de 10 unidades pelo valor total de R\$ 500,00

28. Sabendo que a companhia avalia seus estoques pelo critério PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), o valor do seu estoque final de mercadorias corresponderá, em R\$, a
- (A) 9.800,00.
  - (B) 9.440,00.
  - (C) 9.200,00.
  - (D) 8.700,00.
  - (E) 8.400,00.

29. O custo das mercadorias vendidas (CMV) da sociedade, nas transações do mês, pelo critério PEPS, foi, em R\$, de
- (A) 24.760,00.
  - (B) 24.800,00.
  - (C) 25.160,00.
  - (D) 26.800,00.
  - (E) 27.100,00.

**Instruções:** Para responder às questões de números 30 a 32, considere as informações abaixo.

Uma companhia comercial adquiriu um lote de mercadorias, o qual foi revendido integralmente alguns dias depois. Na operação, a sociedade auferiu um lucro bruto de R\$ 120.000,00, que correspondeu a 20% da receita bruta de vendas. A companhia não é contribuinte do IPI, é contribuinte do PIS e da COFINS no regime não cumulativo (alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente) e o ICMS incidiu à alíquota de 18% sobre as operações de compra e venda. Nas operações, não houve devolução de compras e de vendas, tampouco qualquer tipo de abatimento ou desconto.

30. A receita líquida de vendas dessa operação equivaleu, em R\$, a
- (A) 600.000,00.
  - (B) 544.500,00.
  - (C) 540.000,00.
  - (D) 492.000,00.
  - (E) 436.500,00.

31. O custo das mercadorias vendidas na operação correspondeu, em R\$, a
- (A) 300.000,00.
  - (B) 316.500,00.
  - (C) 372.000,00.
  - (D) 424.500,00.
  - (E) 480.000,00.

32. O valor do ICMS incidente sobre vendas em decorrência dessa operação corresponde, em R\$, a
- (A) 144.000,00.
  - (B) 116.000,00.
  - (C) 108.000,00.
  - (D) 76.000,00.
  - (E) 54.000,00.

33. Sobre os fatos contábeis que modificam o valor das compras e das vendas, é correto afirmar:

- (A) O frete sobre compras, quando o ônus de seu pagamento cabe à empresa compradora, deve ser sempre incluído no custo do estoque das mercadorias adquiridas.
- (B) Descontos incondicionais concedidos são aqueles concedidos pela empresa vendedora numa alienação a prazo, quando a empresa compradora quita sua duplicata antes da data do vencimento.
- (C) Na escrituração comercial regular, a conta Devolução de Vendas tem sempre saldo credor.
- (D) Os impostos incidentes sobre as compras, quando recuperáveis, devem compor o valor do estoque das mercadorias adquiridas.
- (E) Os impostos incidentes sobre vendas, quando não-cumulativos, devem ser escriturados como despesa pelo seu valor líquido, ou seja, o total de débitos menos o total de créditos.

34. Uma companhia aplicou R\$ 100.000,00 de suas disponibilidades na aquisição de um CDB (Certificado de Depósito Bancário) prefixado junto a uma instituição financeira, com resgate no prazo de 180 dias pelo valor de R\$ 120.000,00. A alíquota do imposto de renda a ser retido pela instituição financeira sobre o rendimento obtido na operação é de 22,5%. Esse imposto é uma antecipação do imposto devido sobre a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica. Na data do vencimento do título, que ocorre no mesmo exercício da data de aplicação, o crédito efetuado pela instituição financeira na conta corrente bancária da sociedade poderá registrado, em sua contabilidade, por meio do único lançamento:

- (A)
 

D Investimentos Temporários	120.000,00
C Bancos	100.000,00
C Receitas Financeiras	15.500,00
C IR Fonte a Recolher	4.500,00
- (B)
 

D Bancos	120.000,00
C Investimentos Temporários	100.000,00
C Receitas Financeiras	15.500,00
C IR Fonte a Recolher	4.500,00
- (C)
 

D Investimentos Temporários	120.000,00
C Bancos	100.000,00
C Receitas Financeiras	15.500,00
C IR Fonte a Recuperar	4.500,00
- (D)
 

D Bancos	120.000,00
C Investimentos Temporários	100.000,00
C IR Fonte a Recolher	15.500,00
C Receitas Financeiras	4.500,00
- (E)
 

D Bancos	115.500,00
D IR Fonte a Recuperar	4.500,00
C Investimentos Temporários	100.000,00
C Receitas Financeiras	20.000,00

35. Sobre reservas contábeis, é correto afirmar:

- (A) Significam o mesmo que provisões, pois ambas reduzem o valor dos lucros da entidade.
- (B) Todas representam destinação de lucros retidos, ou seja, aquela parcela do lucro líquido do exercício que não foi distribuída aos sócios ou aos acionistas.
- (C) As reservas de capital não podem ser utilizadas para absorver prejuízos contábeis, somente para aumentar o valor do capital.
- (D) A constituição de reservas de reavaliação foi proibida para as sociedades por ações a partir de 1º de janeiro de 2008.
- (E) A reserva legal não pode exceder 15% do capital social da entidade.

36. Considere as informações abaixo, extraídas da contabilidade da Cia. Carandiru, relativas ao exercício findo em 31/12/2007.

Lucro líquido do exercício .....	520.000,00
Resultado positivo na equivalência patrimonial .....	270.000,00
Acréscimo à reserva legal .....	26.000,00
Reversão de reservas para contingências.....	14.000,00
Lucro com realização financeira a ocorrer em 2009	20.000,00

O estatuto da companhia é omissivo com relação ao pagamento de dividendos. De acordo com o disposto nos artigos 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações, ela poderá constituir, nesse exercício, reserva de lucros a realizar no valor, em R\$, de

- (A) 40.000,00.
- (B) 36.000,00.
- (C) 30.000,00.
- (D) 24.000,00.
- (E) 18.000,00.

37. No que tange às provisões contábeis, analise:

- I. Todas as contas representativas de provisões têm saldo credor.
- II. As provisões devem ser constituídas pela sociedade comercial em obediência ao princípio contábil da entidade.
- III. Todas as contas representativas de provisões são classificadas no Passivo Exigível.
- IV. A contrapartida devedora da constituição de uma provisão é sempre uma conta de despesa.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

38. No Balanço Patrimonial da Cia. Esperança, relativo ao ano-calendário encerrado em 31/12/2007, o valor do Ativo Circulante foi exatamente igual ao do Passivo Circulante e o valor do Ativo Permanente foi exatamente o dobro do Patrimônio Líquido. O valor do Ativo Realizável a Longo Prazo correspondeu a R\$ 100.000,00; o do Passivo Exigível a Longo Prazo, a R\$ 250.000,00 e o grupo de Resultados de Exercícios Futuros, a R\$ 250.000,00. Com esses dados, é correto concluir que o total do Ativo Permanente da entidade em 31/12/2007 era, em R\$, de

- (A) 1.100.000,00.
- (B) 1.000.000,00.
- (C) 800.000,00.
- (D) 600.000,00.
- (E) 400.000,00.

39. A Cia. Comercial Itapicuru elaborou a Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício encerrado em 31/12/2007, da qual foram extraídas as informações abaixo (em R\$).

Lucro líquido do exercício .....	280.000,00
Empréstimo bancário obtido no exercício de 2007..	320.000,00
Valor total de aquisição de imóvel com entrada de 20%	450.000,00
Dividendos distribuídos .....	140.000,00
Despesas de depreciação.....	100.000,00
Ganho na alienação de bem do ativo imobilizado ...	150.000,00
Aumento de capital em numerário.....	180.000,00
Aquisição de participação societária à vista .....	200.000,00
Aumento em Duplicatas a Receber .....	90.000,00
Diminuição em Estoques .....	20.000,00
Aumento em Fornecedores.....	50.000,00
Diminuição em Tributos a Recolher .....	30.000,00

Utilizando apenas essas informações, é correto concluir que o fluxo de caixa operacional da sociedade acarretou um aumento do Disponível, em R\$, de

- (A) 150.000,00.
- (B) 170.000,00.
- (C) 180.000,00.
- (D) 220.000,00.
- (E) 230.000,00.

40. A Lei nº 11.638/2007, ao modificar a redação de alguns artigos da Lei nº 6.404/1976, introduziu a obrigatoriedade da elaboração de duas demonstrações contábeis adicionais para as sociedades por ações. São elas:

- (A) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração do Valor Adicionado.
- (B) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (E) Demonstração do Dividendo Obrigatório e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

41. Com relação aos princípios que devem nortear a elaboração do orçamento, analise:

- I. A Constituição Federal brasileira adota explicitamente o princípio da exclusividade na elaboração da lei orçamentária anual, entretanto, ressalva os casos de autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- II. O artigo 5º da Lei nº 4.320/64, ao estabelecer que a lei orçamentária não consigne dotações globais destinadas a atender indiferentemente a diversos tipos de despesas, entra em confronto com o princípio orçamentário da unidade.
- III. O fato de a Constituição Federal brasileira estabelecer que os créditos especiais e extraordinários possam ter vigência no exercício financeiro seguinte, no caso de o ato da autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício corrente, demonstra que o princípio orçamentário da anualidade não é adotado em nosso país.
- IV. O princípio orçamentário da afetação de receitas, previsto no art. 167 da Constituição Federal brasileira, é adotado em nosso país sem qualquer tipo de ressalva.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) IV.



<p>42. É classificado como uma receita de capital o ingresso proveniente de</p> <p>(A) multas e juros cobrados sobre a dívida ativa.</p> <p>(B) atividades industriais ou agrícolas exercidas pelo Poder Público.</p> <p>(C) foros e laudêmos.</p> <p>(D) alienação de bens móveis pertencentes ao Poder Público.</p> <p>(E) aluguel de bens imóveis pertencentes ao Poder Público.</p>	<p>45. No que diz respeito aos estágios da despesa pública, considere:</p> <p>I. O empenho por estimativa destina-se a atender despesa determinada, mas cujo pagamento será feito parceladamente durante o exercício.</p> <p>II. A liquidação da despesa sempre antecede o seu pagamento.</p> <p>III. O empenho global consiste no procedimento de verificação do direito do credor da Fazenda Pública, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.</p> <p>IV. A autoridade administrativa competente somente pode autorizar o empenho de despesa para a qual haja prévia dotação orçamentária com recursos disponíveis.</p>
<p>43. É classificado como despesa corrente do Poder Público o gasto empenhado com</p> <p>(A) aquisição de imóveis.</p> <p>(B) amortização da dívida pública interna.</p> <p>(C) juros e encargos da dívida pública.</p> <p>(D) pagamento de empréstimos obtidos por antecipação de receita.</p> <p>(E) aumento de capital de empresas nas quais o ente público seja acionista.</p>	<p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>44. Sobre créditos adicionais, é correto afirmar:</p> <p>(A) É vedada a abertura de créditos extraordinários sem prévia autorização legislativa.</p> <p>(B) A abertura de créditos especiais prescinde da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.</p> <p>(C) O Poder Executivo não poderá realizar operações de crédito para financiar os créditos adicionais.</p> <p>(D) A aprovação de abertura de créditos adicionais será feita exclusivamente no Senado da República, por maioria simples.</p> <p>(E) Em caso de abertura de créditos extraordinários, há necessidade de indicação da importância, espécie dos créditos e classificação da despesa.</p>	<p>46. Integram a dívida fundada do ente público</p> <p>(A) os depósitos recebidos do setor privado a título de cauções e garantias.</p> <p>(B) empréstimos externos com prazo de vencimento superior a 12 meses.</p> <p>(C) as exigibilidades do setor público com prazo de vencimento inferior a 12 meses.</p> <p>(D) os débitos de tesouraria.</p> <p>(E) os serviços da dívida a pagar com prazo inferior a 12 meses.</p>
	<p>47. Os restos a pagar de um determinado exercício</p> <p>(A) decorrem da adoção, pela contabilidade pública, do princípio de competência para as receitas e de caixa para as despesas.</p> <p>(B) podem ser processados ou não processados, dependendo de ter ocorrido a respectiva liquidação.</p> <p>(C) figuram como despesa extra-orçamentária no Balanço Financeiro desse exercício.</p> <p>(D) devem ser pagos até o final do exercício seguinte, sob pena de prescrição do direito do credor.</p> <p>(E) não podem, em hipótese nenhuma, ser superiores a 10% do total da despesa fixada no orçamento.</p>

48. Os dados abaixo foram extraídos do Balanço Financeiro de determinado município.

Saldo positivo relativo ao exercício anterior ...	R\$ 10.000,00
Receitas orçamentárias .....	R\$ 420.000,00
Despesas orçamentárias .....	R\$ 410.000,00
Restos a pagar do exercício.....	R\$ 25.000,00
Outras receitas extra-orçamentárias .....	R\$ 30.000,00
Saldo financeiro positivo para o exercício seguinte	R\$ 40.000,00

Considerando apenas as informações acima, o total de despesas extra-orçamentárias no exercício corresponde, em R\$, a

- (A) 5.000,00.
- (B) 10.000,00.
- (C) 15.000,00.
- (D) 30.000,00.
- (E) 35.000,00.

49. É exemplo de despesa extra-orçamentária:

- (A) aquisição de bens imóveis.
- (B) compra de ações de empresas privadas.
- (C) restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício.
- (D) transferências para empresas estatais dependentes.
- (E) transferências voluntárias para outro ente público.

50. Com relação à licitação, analise:

- I. Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.
- II. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, primeiramente aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
- III. É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- IV. Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- V. É indispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

É correto o que consta em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

51. Quanto à modalidade de pregão eletrônico, regulamentada pelo Decreto nº 5.450/2005, é correto afirmar:

- (A) A licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, se aplica inclusive às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- (B) O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- (C) No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, mesmo se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances deixarão de ser recebidos.
- (D) No caso de contratação de serviços comuns, em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta não precisará ser encaminhada de imediato por meio eletrônico.
- (E) Para habilitação dos licitantes, será exigida apenas a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Nacional.

52. Analise as assertivas abaixo, relativas ao Plano Plurianual e à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- I. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual e às diretrizes orçamentárias serão aprovados por uma Comissão Mista permanente de senadores e deputados, que posteriormente as enviará para sanção presidencial.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias determinará o montante e a discriminação do orçamento de investimento das empresas estatais.
- III. As diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital serão estabelecidas no Plano Plurianual de forma regionalizada.
- IV. A lei das diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

53. Da Lei Orçamentária Anual

- (A) constarão todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- (B) constará o anexo de Metas Fiscais.
- (C) constará a avaliação da situação financeira e atuarial do regime geral de previdência social e o próprio dos servidores públicos.
- (D) constarão as condições e as exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- (E) constará a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

<p>54. No que concerne à despesa obrigatória de caráter continuado, é correto afirmar:</p> <p>(A) É definida como a despesa decorrente de lei que fixe para o ente público a obrigação legal de sua execução por período superior a quatro exercícios.</p> <p>(B) É necessária obrigatoriamente, a criação de novo tributo ou contribuição para o seu financiamento.</p> <p>(C) A demonstração da origem dos recursos para seu custeio é desnecessária no caso de despesas destinadas ao serviço da dívida pública.</p> <p>(D) A sua instituição ou aumento poderá reduzir no máximo em 5% a meta de resultado fiscal do ente público.</p> <p>(E) Somente será exigida a demonstração de recursos para seu custeio caso a despesa seja incompatível com as normas do plano plurianual e da lei das diretrizes orçamentárias.</p>	<p>58. Com relação à gestão patrimonial, a Lei da Responsabilidade Fiscal prevê que</p> <p>(A) as disponibilidades de caixa da União poderão ser depositadas em instituição financeira privada, desde que sua remuneração exceda 6% ao ano.</p> <p>(B) as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social poderão ser aplicadas em empréstimos para os próprios segurados, desde que haja garantia real.</p> <p>(C) a desapropriação de imóvel urbano, desde que o interesse público o recomende, poderá ser feito sem prévia indenização em dinheiro ou depósito judicial.</p> <p>(D) a aplicação de receita derivada da alienação de bens do ente da Federação não poderá financiar qualquer tipo de despesas correntes.</p> <p>(E) a empresa controlada por ente da Federação que firmar contrato de gestão com este gozará de autonomia gerencial, orçamentária e financeira.</p>
<p>55. As despesas de pessoal</p> <p>(A) não incluirão os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra.</p> <p>(B) poderão exceder 50% da receita líquida da União.</p> <p>(C) do Poder Judiciário estão sujeitas a limites fixados pelo Ministério Público da União.</p> <p>(D) dos inativos não podem ser maiores que os dos funcionários ativos.</p> <p>(E) serão apuradas, para fins de obediência aos limites, num período de doze meses.</p>	<p>59. O relatório resumido da execução orçamentária</p> <p>(A) conterá demonstrativo dos resultados nominal e primário.</p> <p>(B) será publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.</p> <p>(C) conterá comparativo entre as despesas de pessoal e os limites impostos pela Lei da Responsabilidade Fiscal.</p> <p>(D) conterá demonstrativo, no último quadrimestre, da inscrição de despesas em restos a pagar.</p> <p>(E) deverá receber parecer prévio do Tribunal de Contas do ente da Federação.</p>
<p>56. É medida que pode ser utilizada por um ente público para recondução de sua dívida aos seus limites:</p> <p>(A) transferência voluntária de outro ente público.</p> <p>(B) operação de crédito por antecipação da receita.</p> <p>(C) diminuição da meta de resultado primário.</p> <p>(D) limitação do empenho.</p> <p>(E) operação de crédito externo.</p>	<p>60. <b>NÃO</b> constitui crime contra as finanças públicas</p> <p>(A) ordenar a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública, desde que tenham sido criados por lei e que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.</p> <p>(B) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.</p> <p>(C) ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa ou quando o montante da dívida consolidada ultrapasse o limite máximo autorizado por lei.</p> <p>(D) ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.</p> <p>(E) deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei.</p>
<p>57. No que diz respeito às operações de crédito, a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que</p> <p>(A) as operações de crédito por antecipação de receita estão permitidas em qualquer ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(B) somente será permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle se o objetivo for reduzir a dívida pública.</p> <p>(C) é permitido o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresas controladas pelo ente público, embora a LRF equipare essa operação a uma operação de crédito.</p> <p>(D) o Banco Central do Brasil, não obstante não possa efetuar operação de crédito com os entes da Federação, pode conceder garantias em empréstimos obtidos junto a terceiros.</p> <p>(E) a instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, mesmo quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos pela Lei.</p>	

